



SSimões
D EG.

RELATÓRIO E CONTAS

2023

Identificação da Entidade

Designação	Associação da Casa do Povo de Alvaiázere
Morada	Rua Professor José Augusto Martins Rangel, n.º 17
Código Postal	3250 – 186
Localidade	Alvaiázere

Dados da Entidade

Número de Identificação Fiscal (NIF)	500 919 925
Classificação de Atividade Económica (CAE)	94995
Conservatória	Alvaiázere
Fundo Social	0

Alvaiázere, março de 2024

EG.

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 – Relatório de Atividades de 2023	2
1. Lar Residencial na Área da Deficiência.....	2
1.1. Resposta Social – Lar Residencial	2
1.2. Equipa.....	3
1.3. Atividades Desenvolvidas no Lar Residencial.....	3
2. Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)	6
2.1. Resposta Social - CACI	6
2.2. Equipa.....	7
2.3. Atividades Desenvolvidas no CACI	7
3. Centro de Formação ACPA.....	9
4. Edifício Sede da Associação.....	9
5. Joia e Quotas	10
6. Angariação de Fundos	10
Capítulo 2 - Relatório de Gestão de 2023	11
Anexo 2023	15



SS
D

Introdução

A Direção da Associação da Casa do Povo de Alvaiázere vem apresentar o Relatório de Atividades e Contas do ano de 2023.

O ano de 2023 foi um ano marcado por algumas lutas, mas também por muitas vitórias.

Contamos com os 24 residentes em Lar Residencial e 30 utentes em Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão.

Os constrangimentos da Associação são sobejamente conhecidos, pelo que as dificuldades ao nível financeiro fazem-se sentir sobretudo associadas à obra do Lar Residencial e CACI na área da deficiência.

Continuamos a tentar desenvolver o projeto das duas Residências para a Autonomização e Inclusão com capacidade para 5 utentes cada, no valor de 355.000,00€, a candidatura submetida em 2023, foi indeferida sendo que essa situação deveu-se ao facto de o PDM estar atualmente em revisão.

Nesta altura de balanço, apesar de todas as dificuldades, a direção da Associação sente-se efetivamente agradecida e reconhecida a todas as entidades, colaboradores e amigos da associação que fizeram com que a direção atual, apesar de todas as adversidades, nunca tivesse desistido do seu propósito.

A generosidade e o carinho da comunidade para com a nossa associação têm sido enormes. Todas estas pessoas acreditam, tal como nós, na missão e na importância destes projetos para o concelho de Alvaiázere, alimentando a nossa força para lutar em tempos de adversidades.

CAPÍTULO 1 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2023

1. Lar Residencial na Área da Deficiência

1.1. Resposta Social – Lar Residencial

O Lar Residencial é uma estrutura de apoio residencial temporária ou permanente para pessoas com deficiência ou incapacidades, cujas famílias não apresentem condições para delas cuidar. É objetivo desta resposta social proporcionar a participação ativa do cliente na vida cultural e social da comunidade envolvente e na planificação e desenvolvimento de atividades lúdico-pedagógicas a fim de estimular as competências e capacidades de cada um, contribuindo desta forma, para a promoção de uma maior autonomia e bem-estar do cliente.

Esta resposta social tem capacidade para acolher permanentemente 24 clientes, sendo 4 vagas reservadas à Segurança Social (vagas cativas).

O Lar Residencial assume algumas condições de admissão inerentes ao ingresso do cliente na resposta social em causa e, dá especial enfoque aos candidatos residentes no concelho e na zona geográfica do centro e aos que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu seio familiar, com especial incidência para situações de isolamento e sem suporte familiar adequado. Note-se que, não serão descuradas situações de risco consideradas urgentes, que serão uma prioridade.

O Lar Residencial funciona, em dias úteis, das 17h às 9h (do dia útil seguinte) e ao fim de semana, feriados e períodos de férias da resposta CACI, de forma ininterrupta.

O Lar teve integrados ao longo ano 24 utentes, com idades compreendidas entre os 21 e os 68 anos, com diversos graus de deficiência e dependência.

EG
55/10/2023

1.2. Equipa

A equipa é constituída por:

- 1 Diretora Técnica (Psicóloga)
- 1 Animador Socio Cultural
- 1 Técnico Superior de Gestão (comum ao CACI)
- 3 Auxiliares de Serviços Gerais
- 1 Ajudante de Cozinha
- 10 Ajudantes de Ação Direta
- 1 Cozinheira

1.3. Atividades Desenvolvidas no Lar Residencial

O Plano de Atividades do Lar Residencial que foi apresentado na anterior assembleia foi maioritariamente cumprido, no entanto não foi possível cumprir na totalidade devido aos constrangimentos imprevisíveis numa casa com a dimensão e com as particularidades do nosso público-alvo.

Foram realizados alguns encontros informais entre a equipa da ação direta e a equipa técnica. Estes encontros/reuniões têm como objetivo de promover o relacionamento interpessoal, fundamental num grupo caracterizado pelo trabalho em turnos rotativos.

Iniciámos o ano de 2023 com as comemorações da passagem de ano, onde fizemos uma festa de Ano Novo no dia 1 de Janeiro.

Assinalamos sempre os dias comemorativos mais significativos para os nossos residentes:

- 3ª Aniversário do Lar e CACI;
- Dia dos namorados;
- Carnaval;
- Dia da Mulher;
- Dia do Pai;
- Páscoa;
- Dia da Mãe;

- Dia da Deficiência;
- Dia do Autismo;
- Natal;

A par com todos estes dias em que foram feitas atividades relacionadas com o tema a comemorar ou assinalar, aproveitámos muito o Verão e fomos muitas vezes às praias fluviais da zona de Figueiró dos Vinhos, às piscinas municipais, fomos ao teatro e a uma noite de fados e fizemos piqueniques.

Na páscoa fizemos caça ao ovo, por altura da FAFIPA e do Festival Gastronómico do Chícharo e do FICA fomos presenças assíduas a ver os concertos e a visitar a exposição.

Também visitámos o "Festival da Juventude" e adorámos ver o espetáculo de perícia automóvel.

Visitámos também a exposição "Mundo dos Dinossauros" em Pelmá e as entradas para a exposição foram gentilmente oferecidas pela Junta de Freguesia.

Participámos nas marchas populares e fomos ver vários concertos durante a FAFIPA 2023.

Fomos também a Fátima (assistimos à missa e depois fomos almoçar todos ao BurgerKing) e em alguns Domingos fomos à missa.

Participámos ativamente no Festival Gastronómico do Chícharo onde nos divertimos muito.

Fomos também "pedir o bolinho" pelas lojas e residências da nossa vila e fomos muito bem recebidos.

Em Novembro, no dia 5, realizámos o "1º Encontro de Famílias" onde convidámos todas as famílias dos residentes e todos os funcionários da casa e presenteámos todos com uma peça de teatro da autoria do Animador Pedro Silva e tivemos também um momento musical dinamizado pela animadora Valentina e pela voluntária Ana Ferreira em que surpreenderam todos os presentes com a apresentação do "Hino da ACPA".

Foi um momento de muita partilha e alegria entre todos os presentes.

EG
SS
S
D

O nosso Natal foi muito recheado de prendas e amor, devido à enorme solidariedade de todos os que sempre nos acompanham e que aceitaram participar na nossa campanha de apadrinhamento.

Durante todo o ano foram publicados na página de Facebook da instituição vários vídeos ilustrativos do ano de 2023, dos quais salientamos os seguintes:

- Desafio do Dia das Mentiras

(<https://www.facebook.com/Associacaodacasadopovodealvaizere/videos/756121066236567>)

- Caça aos ovos e atividades de páscoa

(<https://www.facebook.com/Associacaodacasadopovodealvaizere/videos/217045147681138>)

- Dia da Mãe

(<https://www.facebook.com/Associacaodacasadopovodealvaizere/videos/762460218616981>)

- Quisemos dar uma nova cor ao êxito de Pedro Mafama

(<https://www.facebook.com/100064387734084/videos/692257589390231>)

- Resumo do mês de Agosto

(<https://www.facebook.com/Associacaodacasadopovodealvaizere/videos/258504516650062>)

- O nosso Natal

(<https://www.facebook.com/Associacaodacasadopovodealvaizere/videos/810257690863798>)

Todas as iniciativas e atividades feitas com e para os nossos residentes têm sempre em vista a sua realização pessoal e o incremento do sentimento de pertença a esta casa e a esta grande família do coração.

Nesta casa, tal como em todas as outras casas, há tarefas domésticas em que todos colaboram, principalmente ao fim de semana, sempre com o objetivo de fomentar o espírito de grupo e a envolvimento dos residentes na vida familiar.

Foi um ano em cheio, em que todos fomos muito felizes nesta nossa grande casa.

2. Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)

2.1. Resposta Social - CACI

O Centro de Atividades e Capacitação para Inclusão, com o final da pandemia, abriu as portas ao exterior e iniciou uma série de atividades na comunidade em que se insere.

Os objetivos de intervenção do CACI foram ao encontro da legislação em vigor e preconizam a missão da intervenção com pessoas portadoras de deficiência. Os objetivos que serviram de base à intervenção foram: Criar condições que visem a valorização pessoal e a inclusão social de pessoas com deficiência; Desenvolver estratégias de promoção da autoestima e da autonomia pessoal e social, através do envolvimento e participação ativa dos/as próprios/as na definição das atividades a desenvolver; Promover o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e relacionais, tendo em conta o perfil, as aptidões, os interesses e necessidades das pessoas com deficiência, com vista a capacitar e maximizar as suas oportunidades de participação social e económica; Contribuir para o bem-estar emocional e social, através da qualificação das atividades desenvolvidas, no que diz respeito ao número, variedade e natureza, privilegiando as atividades focadas na singularidade de cada pessoa com deficiência, promovendo o seu bem-estar e qualidade de vida; Articular os processos de transição para programas de inclusão socioprofissional ou de reabilitação profissional; Desenvolver atividades e serviços centrados em facilitar/mediar percursos de aprendizagem e de inclusão, que possibilitem um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades; Fomentar a participação ativa das pessoas com deficiência, da respetiva família e/ou representante legal na definição do projeto de vida da pessoa com deficiência; Promover medidas e ações de capacitação e de aprendizagem ao longo da vida, observando a evolução das características individuais de cada destinatário, potenciando sempre a sua autonomia e inclusão; Dinamizar ações de inclusão na comunidade, que promovam a alteração das representações, dos valores e das atitudes da sociedade face às pessoas com deficiência, e a melhoria da sua qualidade de vida;

O CACI manteve o seu período de funcionamento, no horário das 9h às 17.30h, assegurando um horário mais alargado às famílias, em articulação com o Lar Residencial,

*J. Simões
D. EG*

sempre que necessário. Encerrou entre os dias 14 e 18 de agosto, para manutenção e limpeza.

O CACI contou com a integração 30 utentes, com idades compreendidas entre os 21 e os 69 anos, com diversos graus de deficiência e dependência, sendo 23 residentes no Lar Residencial e 7 provenientes das suas residências no concelho de Alvaiázere e zona limítrofe.

2.2. Equipa

O CACI apresenta um quadro de Recursos Humanos de acordo com a legislação em vigor, sendo a equipa constituída a 31 de dezembro de 2023 por:

- 1 Psicólogo (em acumulação de funções de Diretor Técnico)
- 1 Técnico Superior de Serviço Social
- 1 Técnico Superior de Gestão (comum ao Lar Residencial)
- 1 Fisioterapeuta
- 1 Terapeuta Ocupacional
- 3 Monitores de Atividades Ocupacionais
- 3 Ajudantes de Ação Direta
- 1 Administrativo/ Motorista
- 2 Auxiliares de Serviços Gerais
- 1 Cozinheira

2.3. Atividades Desenvolvidas no CACI

O CACI, no ano de 2023, implementou o seu plano de atividades, promovendo a integração, o bem-estar, a melhoria de competências e autonomia dos seus beneficiários, destacando a realização, pela primeira vez, da Colónia de férias. A mesma foi repartida em dois grupos de 7 utentes cada, na praia da Foz do Arelho, com uma parte dos custos a ser assegurada pelo Instituto Nacional para Reabilitação, através de candidatura realizada, e pelos apoios de algumas Juntas de Freguesia e uma empresa. Esta colónia inseriu os utentes na comunidade, ficando alojados numa unidade hoteleira onde realizavam as refeições e podiam desfrutar do espaço envolvente, como a piscina. A satisfação e alegria dos beneficiários foi evidente, permitindo a muitos deles a realização de férias na praia pela primeira vez na sua vida.



EG

Os ateliês dinamizados pelas monitoras e técnicos, foram desenvolvidos ao longo do ano, de acordo com as potencialidades e competências de cada um, sendo estes de expressão plástica, têxtil, expressão dramática/corporal, oficina de carpintaria, culinária, Yoga, dança, música, hortofloricultura e leitura/escrita. As atividades terapêuticas continuaram a assumir um papel preponderante na intervenção, de acordo com o Plano de Intervenção Individual, nomeadamente a fisioterapia, a terapia ocupacional, a intervenção snoezelen, as atividades terapêuticas na piscina e intervenção psicológica, com o objetivo de promover competências individuais, aumentar a autonomia, trabalhar coordenação motora/ mobilidade, a motricidade fina e a competências cognitivas.

Ao longo do ano de 2023 foram realizadas diversas atividades pontuais que visaram assinalar diversas efemérides, sendo exemplo a participação no desfile de Carnaval promovido pelo Município de Alvaiázere com a temática dos Smurfs e o Halloween, com uma festa verdadeiramente assustadora.

A 12 de junho participámos, pela primeira vez, no desfile de marchas populares do Concelho de Alvaiázere, inserido na FAFIPA, promovendo a verdadeira inclusão e mostrando a capacidade de integração de todos em atividades da comunidade.

No dia 3 de dezembro, no âmbito da comemoração do dia internacional da pessoa com deficiência, realizámos um espetáculo, aberto a toda a comunidade, onde foram apresentados os talentos existentes na nossa casa, com a peça de teatro Peter Pan, Dança, Canto, declamação de poesia e apresentação da nossa loja online, "Arte com coração" – <https://artecomcoracao.pt/>, onde podem adquirir os trabalhos realizados no CACI. A comercialização das peças possibilita a divulgação do trabalho realizado, assumindo-se como uma mais-valia na inclusão e valorização dos utentes.

As atividades dinamizadas no CACI e em colaboração com as diversas entidades do Concelho, como o Município de Alvaiázere, o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere e a ETP Sicó, visaram o desenvolvimento de diferentes competências pessoais, sociais e ocupacionais. Estas atividades procuraram ajustar-se às competências e gostos de cada um, promovendo o seu bem-estar físico e emocional, promovendo uma inclusão ativa no meio onde nos inserimos.

EG
S. M. C.
D

3. Centro de Formação ACPA

A Associação da Casa do Povo de Alvaiázere é Entidade Creditada pela DGERT para poder ministrar formação, nas áreas de formação: 341 – Comércio, 621 - Produção Agrícola e Animal, 622 – Floricultura e Jardinagem, 762 – Trabalho Social e Orientação e 811 – Hotelaria e Restauração.

Em junho de 2023 terminou o último curso EFA, sendo que até ao momento não foi possível promover outras formações, uma vez que a Associação encontra-se a aguardar a abertura de novas candidaturas a financiamento.

Desde o ano de 2023 que a Associação não tem ministrado formação uma vez que terminou um quadro comunitário (portugal2020) e está neste momento a iniciar um outro, Centro2030. O nosso objetivo é submeter uma candidatura para formação destinada às pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidade, pelo que as formações ministradas até agora tiveram como propósito adquirir prova de experiência profissional.

4. Edifício Sede da Associação

O edifício que serve atualmente de Sede da Associação dispõe de 11 salas. A associação tem atualmente 7 salas arrendadas a empresas locais, 1 sala cedida para a dinamização de aulas de ballet e 3 salas que se encontram disponíveis para arrendamento ou para novos projetos da ACPA.

Sala	Entidade/Empresa
1	
2	Para arrendar/novos projetos
3	
4	Marta Cruz
5	Vítor Teixeira
6	Luís Lopes
7	Natália Moreira
8	Funerária Maçanense
9	Ema Nunes
10	Vânia Oliveira



11	Escola de Dança Diogo de Carvalho (cedida aulas de <i>ballet</i>)*
----	---

Tabela 1 – Afetação das Salas da Sede da Associação

*A cedência de sala terminará no fim do primeiro semestre de 2024 e não será renovada.

5. Joia e Quotas

A Direção manteve a campanha de angariação de sócios com isenção de joia de inscrição até à próxima Assembleia Geral.

6. Angariação de Fundos

A Associação marcou presença nos eventos "FAFIPA" e "Alvaiázere Capital do Chicharo" através de uma tasquinha, tendo sido angariados os valores de 3.736,20€ e 4.945,73€, respetivamente.

Já no âmbito da consignação de 0,5% do IRS a Associação angariou cerca de 1.322,41€ no último ano. Assim, é nossa intenção continuar a apelar aos associados e população para voltarem a consignar no momento da entrega da declaração do IRS.

CAPÍTULO 2 - RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2023

Relatório de gestão respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

Vem o órgão de diretivo da entidade Associação da Casa do Povo de Alvaiázere, por remissão com o disposto nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, apresentar aos Ex mos sócios o relatório de gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, o Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo.

1. Evolução da atividade da entidade

A entidade tem vindo a desenvolver a sua atividade com normalidade, pelo que os seus objetivos têm vindo a ser realizados segundo os padrões pretendidos.

1.1. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	51.035	0	51.035	100,00%
Fornecimentos e serviços externos	120.315	213.446	-93.131	-43,63%
Gastos com o pessoal	570.080	605.128	-35.048	-5,79%
Gastos de depreciação e de amortização	117.065	130.870	-13.805	-10,55%
Perdas por imparidade	0	0	0	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0	0	0,00%
Provisões do período	0	0	0	0,00%
Outros gastos e perdas	2.231	1.144	1.087	95,03%
Gastos e perdas de financiamento	14.990	11.333	3.657	32,27%
TOTAL	875.717	961.921	-86.205	-8,96%

*Verifica-se uma redução dos gastos e perdas de 2022 para 2023, devido ao término do projeto Contratos Locais Desenvolvimento Social - CLDS 4G (despesas relacionadas com 3 técnicos superiores, comunicações, prestações de serviços, material de escritório, combustível, aluguer de equipamento, ...) e ainda do projeto da Formação Profissional (despesas referentes a 1 técnico e 1 administrativa, bolsas de formação, seguro, comunicações, material escritório, entre outras).

EG

1.2. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Vendas	25	0	25	100,00%
Prestações de serviços	138.520	123.187	15.333	12,45%
Variações nos inventários de produção	0	0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0,00%
Subsídios, doações e legados à exploração	770.646	886.769	-116.123	-13,10%
Reversões	0	0	0	0,00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	74.794	73.779	1.015	1,38%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	1.322	11.058	-9.735	-88,04%
TOTAL	985.308	1.094.793	-109.485	-10,00%

*Verifica-se uma redução dos rendimentos e ganhos de 2022 para 2023, devido ao término dos projetos Contratos Locais Desenvolvimento Social - CLDS 4G e da Formação Profissional.

1.3. No exercício em análise a organização obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	241.647	275.075	-33.428	-12,15%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	124.581	144.205	-19.623	-13,61%
Resultado financeiro	-14.990	-11.333	-3.657	-32,27%
Resultado antes de impostos	109.592	132.872	-23.281	-17,52%
Imposto sobre o rendimento do período	3.813	3.524	289	8,19%
Resultado líquido do período	105.778	129.348	-23.569	-18,22%

1.4. A entidade verificou a seguinte evolução dos fundos patrimoniais:

FUNDO PATRIMONIAL	31/dez/23	31/dez/22	Δ Valor	Δ %
Fundos	0	0	0	0,00%
Excedentes técnicos	0	0	0	0,00%
Reservas	0	0	0	0,00%
Outras reservas	0	0	0	0,00%
Resultados transitados	412.194	282.846	129.348	45,73%
Excedentes de revalorização	0	0	0	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	781.535	836.151	-54.616	-6,53%
Resultado líquido do período	105.778	129.348	-23.569	-18,22%

EG
Simes
D

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos subsequentes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

3. Evolução previsível da atividade

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

4. Breve análise da situação económico-financeira da organização

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

4.1. A entidade apresentou a seguinte evolução em termos financeiros:

RÁCIOS FINANCEIROS	Fórmula	31/dez/23	31/dez/22
Debt to equity (estrutura financeira)	Passivo total / Fundo de capital	0,31	0,49
Endividamento global	Ativo total / Passivo total	4,96	3,62
Solvabilidade	Fundo de capital/ Passivo total	3,26	2,04
Solvabilidade total	Ativo total / Passivo total	4,96	3,62
Autonomia financeira	Fundo de Capital / Ativo	0,66	0,56

4.2. No que respeita análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31/dez/23	31/dez/22
Liquidez geral	Ativo corrente / Passivo corrente	0,65	0,68
Liquidez reduzida	(Ativo corrente - inventários - ativos biológicos - ativos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	0,65	0,68
Liquidez imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	0,46	0,63

5. Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública.

6. Número e valor nominal das quotas /ações próprias adquiridas e/ou alienadas no exercício, o motivo desses atos e o respetivo preço, bem como das detidas no final do exercício

Tal como, se verificou no quadro da evolução do fundo de capital, a organização não detém quotas próprias.

7. Existência de negócios entre a entidade e a direção

Não existem negócios deste tipo entre a entidade e os seus legais representantes.

8. A existência de sucursais da entidade

A entidade não detém sucursais em território nacional.

9. Proposta de aplicação de resultados

A gerência propõe que o resultado líquido do exercício, seja concretizado em resultados transitados.

10. Agradecimentos

A direção aproveita para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionaram.

Handwritten signature and initials
EG
SS
B

ANEXO 2023

ÍNDICE DO ANEXO

1) Nota 1 - Identificação da entidade	16
2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	16
3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas	17
4) Nota 4 - Ativos fixos tangíveis	22
5) Nota 5 - Ativos intangíveis.....	23
6) Nota 6 - Custos de empréstimos obtido	24
7) Nota 7 - Inventário e ativos biológicos.....	24
8) Nota 8 - Rendimentos e gastos	25
9) Nota 9 - Provisões	28
10) Nota 10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	28
11) Nota 11 - Instrumentos financeiros	29
12) Nota 12 - Benefícios de empregados	29
13) Nota 13 - Acontecimentos após a data do balanço	29
14) Nota 14 - Agricultura	29
15) Nota 15 - Informações exigidas por diplomas legais.....	30
16) Nota 16 - Outras divulgações	30



Associação da Casa do Povo de Alvaiázere

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

1) Nota 1 - Identificação da entidade

A Entidade Associação da Casa do Povo de Alvaiázere, tem a sua sede em Alvaiázere, com o número de identificação fiscal (NIF) 500919925, com o CAE n.º 94995. A Entidade tem como atividade principal a OUTRAS ACTIVIDADE ASSOCIATIVAS, N.E..

2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2023 as demonstrações financeiras da foram preparadas de acordo com a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano, a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.



Handwritten signature and initials, possibly 'S. Silva' and 'D'.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade, aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de Associação da Casa do Povo de Alvaiázere são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são



utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis, e subsequentemente pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento, só passam a ser reconhecidos como tal, após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo, a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

3.3. Investimentos financeiros

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando, a proporção da Entidade, nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o fundo de capital da entidade associada não for positivo, exceto quando a Entidade tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Handwritten signature and initials: JEG, SSIMB, and a stylized 'D'.

Os ganhos não realizados, em transações com entidades associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Entidade nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmemente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.4. Imposto sobre o rendimento

Entidade encontra-se sujeita, mas isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). No entanto, está em casos restritos sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma, a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

3.7. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contractos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.



Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.9. Fundo social

As ações ordinárias são classificadas em fundo patrimonial.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

J. EG.
S. SIMOS
\$

3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.14. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Entidade reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato



até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

4) Nota 4 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil, estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias, resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2023.

JEG
SSIMOS
JP

	1/jan/23	Periodo	Transf.	Revaloriz.	31/dez/23
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2.313.190	-	-	-	2.313.190
Equipamento básico	5.268	-	-	-	5.268
Equipamento de transporte	56.070	-	-	-	56.070
Equipamento administrativo	71.162	-	-	-	71.162
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	4.960	-	-	-	4.960
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	2.450.650	-	-	-	2.450.650
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(537.611)	(102.509)	-	-	(640.120)
Equipamento básico	(5.268)	-	-	-	(5.268)
Equipamento de transporte	(10.621)	(14.018)	-	-	(24.639)
Equipamento administrativo	(67.993)	(539)	-	-	(68.531)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(4.960)	-	-	-	(4.960)
Total de depreciações acumuladas	(626.452)	(117.065)	-	-	(743.517)
Total do ativo líquido	1.824.198	(117.065)	-	-	1.707.133

Em dezembro de 2023 pagou-se 20.000,00€ por conta de adiantamento de uma viatura Renault Trafic Passageiros.

5) Nota 5 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

Em 2023 não existiam Ativos Intangíveis registados.

EG
df

6) Nota 6 – Custos de empréstimos obtido

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como gasto do período.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo da rubrica “financiamentos obtidos” está discriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31/dez/23		31/dez/22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	197.315	79.080	276.395	79.080
Descobertos bancários	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	47.056
TOTAL	197.315	79.080	276.395	126.136

Dos empréstimos bancários, 97.222,18€ são dívida ao Banco Montepio e 179.172,69€ são dívida ao Banco Eurobic.

7) Nota 7 - Inventário e ativos biológicos

Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Contabilizam-se nesta rúbrica os produtos alimentares e de higiene para consumo dos utentes.

Ativos biológicos

Não existem ativos biológicos na associação.

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	31/dez/23	31/dez/22
Inventário inicial	-	-
Compras de inventários e act. biológicos consumíveis	52.607	-
Reclassificação e regularização de inventários e act. biológicos consumíveis	-	-
CMVMC - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(51.035)	-
Inventário final	1.572	-

Handwritten signature and initials

8) Nota 8 – Rendimentos e gastos

Vendas e serviços prestados:

A decomposição de 2023 e 2022 nesta rubrica   apresentada na tabela seguinte:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	31/dez/23	31/dez/22
Vendas de Mercadorias	25	-
Prestação de Serviços	138.520	123.187
TOTAL	138.545	123.187

Outros rendimentos:

Os outros rendimentos discriminam-se como:

OUTROS RENDIMENTOS	31/dez/23	31/dez/22
Quotas de Associados	-	77
Rendimentos de Equivalencia Patrimonial	-	-
Outros Rendimentos	76.117	84.760
TOTAL	76.117	84.837

Os outros rendimentos são a rendas do edifício sede (18.157,57 ), a imputação de subsídios para investimento (56.636,92 ) e o reembolso da consignação do IRS (1.322,41 ).

Resultados financeiros:

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2023 e 2022:

RESULTADOS FINANCEIROS	31/dez/23	31/dez/22
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	14.990	4.605
Juros suportados	12.321	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	2.669	4.605
Resultados financeiros	(14.990)	(4.605)

Os valores referem-se a juros e encargos bancários.

EG

Fornecimentos e serviços externos:

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/dez/23	31/dez/22
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	46.917	91.098
Trabalhos especializados	12.607	20.356
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e Segurança	-	-
Honorários	23.601	55.113
Comissões	-	-
Conservação e reparação	10.709	15.630
Outros	-	-
Materiais	22.422	58.947
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	43	45
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	328	656
Artigos para oferta	121	314
Outros	21.930	57.931
Energia e fluidos	23.045	23.246
Eletricidade	11.083	11.589
Combustíveis	3.372	4.630
Água	6.575	3.843
Outros	2.015	3.184
Deslocações, estadas e transportes	252	192
Deslocações e estadas	252	192
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
Serviços diversos	27.680	39.963
Rendas e alugueres	1.107	3.877
Comunicação	3.574	3.534
Seguros	6.841	6.079
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	-	-
Despesas de representação	354	1.232
Limpeza, higiene e conforto	3.732	14.041
Outros serviços	12.072	11.201
TOTAL	120.315	213.446

O valor substancial em honorários justifica-se com os encargos com formadores no projeto Formação.

J. Eds.
S. M. C.
S

Despesas com o IRN – Colónia de Férias:

Despesas IRN - Colónia de Férias	
Combustíveis	211,55
Deslocações	17,35
Outros FSE	200,00
Alojamento	3.618,97
Refeições	2.309,74
Pessoal	866,00
TOTAL	7.223,61

Gastos com o pessoal:

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

GASTOS COM O PESSOAL	31/dez/23	31/dez/22
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	467.063	510.310
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	312	-
Encargos sobre remunerações	98.455	91.471
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	4.249	3.347
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com o pessoal	-	-
TOTAL	570.080	605.128

Outros gastos e perdas:

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/dez/23	31/dez/22
Impostos	1.114	986
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	-	-
Donativos	924	-
Quotizações	193	158
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	-	-
TOTAL	2.231	1.144

9) Nota 9 – Provisões

Não foram registadas provisões em 2023.

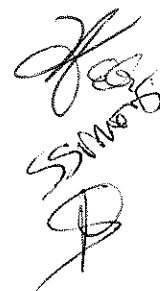
10) Nota 10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

A decomposição de 2023 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	31/dez/23	31/dez/22
Subsídios das entidades públicas	761.764	882.982
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações e heranças	8.882	3.787
Legados	-	-
TOTAL	770.646	886.769



Subsídios por Entidade:

Entidade	Valor
Município de Alvaiázere	44.445,00
IEFP	8.001,90
POISE (contas finais)	59.781,36
CLDS 4G (contas finais)	69.010,01
BPI Capacitar	2.208,00
IGFSS - Acordos (CACI e Lar)	574.723,05
IRN – Colónia de Férias	2.931,35
Outros	662,94
TOTAL	761.763,61

O Valor registado em doações e heranças corresponde ao valor dos donativos recebidos (incluem 1.850,00€ recebidos para apoio à Colónia de Férias).

11) Nota 11 – Instrumentos financeiros

A entidade não teve operações relacionadas com instrumentos financeiros.

12) Nota 12 – Benefícios de empregados

A entidade não teve operações relacionadas com benefícios de empregados.

13) Nota 13 – Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14) Nota 14 - Agricultura

A entidade não teve operações relacionadas com agricultura.

15) Nota 15 - Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16) Nota 16 – Outras divulgações

Fluxos de caixa

A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31/dez/23	31/dez/22
Caixa	306	112
Depósitos à ordem	181.850	356.649
Outros depósitos bancários	-	-
Outros instrumentos financeiros	-	-
TOTAL	182.156	356.762

Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2023 e 2022 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31/dez/23	31/dez/22
Clientes c/c	8.872	5.355
Clientes - Títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
TOTAL	8.872	5.355
Adiantamentos de Clientes	-	-

Fornecedores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2023 e 2022 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31/dez/23	31/dez/22
Fornecedores conta corrente	210.956	389.114
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
TOTAL	210.956	389.114
Adiantamentos a fornecedores	-	-

A associação amortizou durante o ano de 2023 à empresa Odraude o valor 179.459,61€, ficando a 31/12/2023 com o valor em dívida de 204.000,00€.

A título informativo e já no ano de 2024, foram amortizados 44.000,00€ encontrando-se a dívida a 01/03/2024 no valor de 160.000,00€.

De referir, que devido à manutenção do edifício e de remodelações que foram consideradas necessárias foi pago à Odraude, nos anos de 2023 e 2024 o valor total de 9.783,44€.

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/dez/23	31/dez/22
Ativo	3.442	3.094
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	3.442	3.094
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
Passivo	(18.564)	(21.699)
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	(3.813)	(3.524)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(1.653)	(3.713)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	(13.098)	(14.188)
Outros impostos e taxas	-	(275)
TOTAL	(15.122)	(18.606)

Resultados transitados

Por decisão da assembleia geral foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica resultados transitados.

Entidades relacionadas

A entidade não participa em qualquer entidade.